

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

ALANA PANTOJA LEITÃO
JOSIANE MACIEL DA SILVA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA UNIVERSIDADE: os impactos da norma padrão na identidade linguística de discentes quilombolas do Baixo Tocantins

BARCARENA - PA
2026

ALANA PANTOJA LEITÃO
JOSIANE MACIEL DA SILVA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA UNIVERSIDADE: os impactos da norma padrão na identidade linguística de discentes quilombolas do Baixo Tocantins

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Letras - Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Bruno Cavalcante
Coorientador: Prof. Dr. Robson Borges Rua

BARCARENA - PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L533p Leitão E Silva, Alana Pantoja E Josiane Maciel.
PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA UNIVERSIDADE: os impactos da norma padrão na identidade linguística de discentes quilombolas do Baixo Tocantins / Alana Pantoja E Josiane Maciel Leitão E Silva. — 2026.
XL, 40 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Antônio Bruno Cavalcante
Coorientador(a): Prof. Dr. Robson Borges Rua
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2026.

1. comunidades quilombolas. 2. variação linguística. 3. norma padrão; preconceito linguístico.. I. Título.

CDD 306.072

ALANA PANTOJA LEITÃO
JOSIANE MACIEL DA SILVA

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA UNIVERSIDADE: os impactos da norma padrão na identidade linguística de discentes quilombolas do Baixo Tocantins

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Letras - Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará.

Data da aprovação: 27/08/2026

Conceito: Excelente

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador
Prof. Dr. Antônio Bruno Cavalcante
Universidade Federal do Pará - Campus de Abaetetuba

_____

Coorientador
Prof. Dr. Robson Borges Rua
Universidade Federal do Pará - Campus de Abaetetuba

_____

Examinador interno
Prof. Dr. Marcelo Pires Dias
Universidade Federal do Pará - Campus de Abaetetuba

A Deus, nosso refúgio e fortaleza. Em especial, aos nossos pais, que, mesmo sem terem tido a oportunidade de frequentar uma universidade, nunca nos permitiram desistir. Aos discentes quilombolas que participaram desta pesquisa e às demais pessoas que, ao longo dessa trajetória acadêmica, foram, para nós, pontes em vez de muros.

Dedicamos!

AGADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus, por nos conceder força, sabedoria e perseverança para chegarmos até aqui. Em cada desafio, encontramos nele a coragem necessária para continuar nossa caminhada.

Aos nossos familiares, pela força, incentivo, compreensão e apoio durante toda a nossa trajetória acadêmica.

Às nossas amigas integrantes do quarteto, Dionete Santos e Nilma Machado, que estiveram ao nosso lado, compartilhando momentos de dificuldades e conquistas, tornando essa caminhada mais leve e especial.

À nossa turma e aos nossos professores, em especial ao Prof. Dr. Alessandro Nobre Galvão, por todos os momentos vividos, pelas experiências compartilhadas, pelas trocas de conhecimentos e por fazerem parte de uma etapa tão importante de nossas vidas.

Ao nosso prezado orientador, Prof. Dr. Bruno Cavalcante, nossa sincera gratidão pela dedicação, paciência, orientação e pelas valiosas contribuições que nos ajudaram na construção deste trabalho.

Por fim, agradecemos a todos que acreditaram em nós e, de alguma forma, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Este trabalho representa não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas sobretudo a realização de um sonho construído com esforço, fé e apoio de muitas pessoas especiais que permaneceram ao nosso lado.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 9
2.1 Comunidades quilombolas: identidade, cultura e resistência..... 9
2.2 Variação linguística e norma padrão: reflexões sobre a dinamicidade da língua..... 14
2.3 O preconceito linguístico na universidade: um espaço de silenciamento..... 16
3 METODOLOGIA: ENCAMINHAMENTOS DA PESQUISA..... 18
3.1 Caracterização do lócus da pesquisa..... 18
3.2 Instrumento de coleta de dados..... 19
4 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O ENFRENTAMENTO ACERCA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO: ANÁLISE DE DADOS... 20
4.1 A linguagem como elemento identitário..... 21
4.2 Manifestações do preconceito linguístico no ambiente acadêmico.. 23
4.3 A norma padrão e a adequação da linguagem no contexto universitário..... 27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 31
REFERÊNCIAS..... 33
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS..... 35

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA UNIVERSIDADE: OS IMPACTOS DA NORMA PADRÃO NA IDENTIDADE LINGUÍSTICA DE DISCENTES QUILOMBOLAS DO BAIXO TOCANTINS

Alana Pantoja Leitão[1]
Josiane Maciel da Silva[2]

RESUMO

A diversidade linguística brasileira expressa aspectos históricos, culturais e identitários que caracterizam diferentes grupos sociais. Em decorrência da valorização da norma padrão, o preconceito linguístico na universidade representa um desafio à diversidade linguística. Em vista disso, este estudo visa investigar de que forma o preconceito linguístico se configura no contexto universitário e quais os impactos dessa prática na trajetória acadêmica de estudantes quilombolas do Baixo Tocantins. Abordar a temática do preconceito linguístico na universidade contribui para uma reflexão crítica acerca do papel da universidade na valorização da diversidade linguística e na promoção de uma educação mais equitativa. Para embasar este estudo, recorre-se às contribuições teóricas de Bagno (1999, 2003, 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Leite (2000), entre outros. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário on-line aplicado a 44 estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará. Tendo em vista os resultados obtidos, percebe-se que o preconceito linguístico ainda constitui um obstáculo à plena valorização da diversidade linguística na universidade, reforçando a necessidade de valorizar e respeitar as diferentes variedades da língua, de modo a favorecer uma formação plural e equitativa.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades quilombolas; variação linguística; norma padrão; preconceito linguístico.

[1] Discente do Curso de Letras da Universidade Federal do Pará / Campus de Abaetetuba / Polo Barcarena. alanaleitao97@gmail.com
[2] Discente do Curso de Letras da Universidade Federal do Pará / Campus de Abaetetuba / Polo Barcarena. josianemaciel455@gmail.com

ABSTRACT

Brazilian linguistic diversity reflects historical, cultural, and identity-related aspects that characterize different social groups. Due to the privileging of the standard language variety, linguistic prejudice at the university represents a challenge to linguistic diversity. In this context, this study aims to investigate how linguistic prejudice manifests itself in the university context and what impacts this practice has on the academic trajectory of quilombola students from the Baixo Tocantins region. Addressing the issue of linguistic prejudice at the university contributes to a critical reflection on the role of the university in valuing linguistic diversity and promoting a more equitable education. This study is grounded in the theoretical contributions of Bagno (1999, 2003, 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Leite (2000), among others. Methodologically, this is a qualitative, descriptive study, developed through a literature review and field research, using an online questionnaire administered to 44 quilombola students from the Federal University of Pará. In light of the results obtained, it can be observed that linguistic prejudice remains an obstacle to the full appreciation of linguistic diversity at the university, reinforcing the need to value and respect different language varieties in order to promote a plural and equitable education.

KEYWORDS: quilombola communities; linguistic variation; standard language variety; linguistic prejudice.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A língua é um elemento primordial ao processo de interação social, sendo parte constituinte da identidade de um povo. No que concerne ao cenário nacional, tem-se uma rica diversidade étnica e linguística, por conseguinte, observa-se a coexistência de diversas variedades linguísticas, as quais caracterizam os falantes que as utilizam, evidenciando aspectos culturais, sociais e históricos.

Embora se reconheça a diversidade linguística existente na língua portuguesa, verifica-se que a norma padrão é amplamente valorizada nos mais variados contextos sociais, tal realidade contribui para a estigmatização das demais variedades da língua, favorecendo as práticas de preconceito linguístico, particularmente em ambientes em que predominam às práticas comunicativas pautadas pela norma padrão, tal como a universidade. Nesse cenário, o preconceito linguístico manifesta-se de diversas maneiras e incide sobre a identidade linguística dos discentes quilombolas, cujo repertório linguístico constitui uma importante marca de pertencimento à sua comunidade de origem.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder aos seguintes questionamentos: (i) De que maneira o preconceito linguístico se manifesta no ambiente universitário por meio da valorização da norma padrão? (ii) Quais os impactos dessa prática na inclusão, participação e desempenho acadêmico de estudantes quilombolas que utilizam variedades linguísticas não padrão?

É importante destacar a relevância social e acadêmica desta pesquisa, que decorre da necessidade de ampliar as discussões sobre o preconceito linguístico no ensino superior, sobretudo no que se refere aos discentes de origem quilombola da região do Baixo Tocantins. Ao abordar essa temática, busca-se contribuir para uma reflexão crítica acerca do papel da universidade na valorização da diversidade linguística e na promoção de uma educação mais equitativa, que reconheça as diferentes variedades linguísticas como formas legítimas de expressão.

Em vista disso, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar de que forma o preconceito linguístico se configura no contexto universitário e quais os impactos dessa prática na trajetória acadêmica de estudantes quilombolas do Baixo Tocantins. Para tanto, pretende-se, especificamente: analisar de que maneira as variedades linguísticas dos estudantes quilombolas são estigmatizadas em relação à norma-padrão; identificar situações nas quais os estudantes quilombolas sofrem discriminação e/ou constrangimento devido ao uso de variedades linguísticas não

padrão; e examinar os impactos do preconceito linguístico na autoestima, participação e trajetória acadêmica dos estudantes de origem quilombola na universidade.

No tocante aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como de cunho qualitativo e descritivo, na qual utiliza-se de revisão bibliográfica e pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário on-line, elaborado no Google Forms, divulgado nas plataformas digitais WhatsApp e Instagram e direcionado a estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará (UFPA), oriundos da região do Baixo Tocantins.

Posteriormente, os dados são analisados à luz dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, especialmente das contribuições de Labov (2008), Weinreich, Labov e Herzog (2006) e Bortoni-Ricardo (2004), bem como dos estudos sobre preconceito linguístico desenvolvidos por Bagno (1999, 2003, 2007), Possenti (2006) e Faraco (2021). No que se refere às comunidades quilombolas, recorre-se às contribuições de Leite (2000), Gomes (2002) e outros autores que discutem identidade, território e resistência.

Em suma, este trabalho está organizado em cinco seções: a primeira corresponde às considerações iniciais; a segunda discorre sobre o referencial teórico; a terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados; a quarta aborda a análise e a discussão dos dados coletados. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção contempla as principais bases conceituais que embasam este estudo. A princípio, são tecidas breves considerações a respeito de aspectos relevantes que caracterizam as comunidades quilombolas. Posteriormente, apresentam-se reflexões acerca da dinamicidade da língua e sua relação com o contexto social. Por fim, aborda-se o preconceito linguístico e discute-se sobre as manifestações dessa discriminação no ambiente universitário.

2.1 Comunidades quilombolas: identidade, cultura e resistência

As comunidades quilombolas são, segundo Oliveira (2011, p. 174), “grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”. Por conseguinte,

apresentam características de autoidentificação e uma maneira de organização particular.

Nesse sentido, a classificação de comunidade como quilombola não se baseia em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende antes de tudo de como os sujeitos se definem e se relacionam com o território. Acerca dessa perspectiva, Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 4) apresentam a concepção de Garcia: “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico”.

Essa compreensão da identidade quilombola também encontra respaldo na legislação brasileira, a qual estabelece que o reconhecimento de uma comunidade quilombola fundamenta-se primordialmente na autodeclaração de seus integrantes. Esse marco jurídico assegura que a identidade étnica de um grupo seja legitimada pela própria percepção de pertencimento de seus membros, respeitando a autonomia cultural e histórica dessas populações tradicionais. O texto destaca, portanto, que a validação legal não depende de avaliações externas, mas do sentimento de identidade compartilhado pela coletividade, em consonância com a garantia dos direitos culturais assegurados constitucionalmente. Conforme a Constituição Federal de 1988, Art. 215, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Desse modo, a trajetória das comunidades quilombolas no Pará é alicerçada em processos históricos de resistência, exemplificados pela participação ativa de populações negras e indígenas na Cabanagem em 1835, movimento que visava combater a marginalização socioeconômica e a exploração vivida nas periferias ribeirinhas. No âmbito institucional, o Estado consolidou-se como pioneiro ao implementar, em 1998, um arcabouço jurídico vanguardista que privilegia a autoidentificação para a titulação de terras, antecipando-se ao reconhecimento federal dessa prerrogativa em cinco anos.

Atualmente, essa robusta presença territorial é evidenciada pela existência de comunidades tituladas em ao menos 44 municípios paraenses, ocupando espaços geográficos diversos e de difícil acesso, o que reafirma a persistência e a relevância dessas populações tradicionais no cenário estadual. Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, Art. 68, “Aos remanescentes das comunidades dos

quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Para além do amparo legal, é importante considerar a distribuição geográfica desses grupos. Nesse cenário, destaca-se a região do Baixo Tocantins, no Pará, que concentra expressiva presença de comunidades quilombolas, reunindo mais de 180 comunidades[3]. Essas comunidades estão distribuídas pelos municípios da região, com áreas coletivas cadastradas, especialmente no município de Moju. Essa distribuição pode ser observada da seguinte maneira, considerando alguns municípios selecionados:

Tabela 1 - Distribuição das comunidades quilombolas em alguns municípios

Municípios	**Dados das comunidades**
Baião	Mais de 30 comunidades quilombolas, incluindo territórios como Araquembaua.
Abaetetuba	Apresenta a maior população quilombola do Estado e a 5ª maior do país, segundo o IBGE, tendo 18 comunidades mapeadas.
Moju	Cerca de 17 comunidades registradas, destacando-se áreas como Jambuaçu, Samaúma e Moju-Miri.
Mocajuba	Pelo menos 11 comunidades reconhecidas, como Porto Grande e Uxizal.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2026.

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam a presença e a distribuição territorial das comunidades quilombolas em alguns municípios da região, considerando os registros e levantamentos disponíveis. Além desses municípios, outras cidades vizinhas, que compõem o Baixo Tocantins, como Cametá, Oeiras do Pará e Barcarena, também possuem forte presença quilombola. Nesse contexto, essas comunidades fortalecem a identidade quilombola e as lutas para o reconhecimento de seus territórios e de seus direitos constitucionais.

[3] O quantitativo apresentado não deve ser compreendido como um número fixo ou definitivo, visto que pode variar de acordo com a fonte, os critérios de registro e o avanço dos processos de reconhecimento, certificação e titulação. Evidencia-se que, para além das comunidades já registradas e/ou tituladas, existem comunidades quilombolas que ainda não possuem titulação de seus territórios, mas que se reconhecem enquanto quilombolas. Em vista disso, o número de comunidades existentes na região pode ser superior ao apresentado, estando sujeito a atualizações no decurso do tempo.

As comunidades remanescentes de quilombos preservam, até os dias atuais, práticas, hábitos e tradições transmitidas oralmente e vivencialmente ao longo de gerações. Conforme evidenciado por Oliveira (2011, p. 174) “[...] a identidade étnica é um processo de auto-identificação dinâmico, e que não se reduz a elementos materiais ou traços da pele, por exemplo”, esses elementos constituem a base da sua identidade e se manifestam no modo de ser e de viver dessa população. Nessa perspectiva, as comunidades quilombolas do Baixo Tocantins são formadas por descendentes que trabalham em suas terras para garantir o sustento familiar, mantendo vivas as danças, artesanato e outras expressões próprias. Cada localidade constrói sua identidade específica, e essa diversidade contribui para que o sentimento de pertencimento quilombola permaneça ativo e reconhecido no meio social.

Nessa linha de entendimento, Furtado, Sucupira e Alves (2014, p.112) evidenciam que: “A importância do território, a forma comunal de se relacionar com a terra, a produção coletiva, a religiosidade, entre outras características, são elementos que participam da construção da identidade quilombola [...]”. Essa compreensão demonstra que a identidade quilombola constitui-se da articulação entre aspectos históricos, culturais, territoriais e sociais. Desse modo, o perfil desses grupos é definido, sobretudo, pela ligação com o território em sua totalidade.

Nesse cenário, o território do Baixo Tocantins é marcado pela presença de rios, igarapés e matas, espaços onde se desenvolvem tanto as atividades econômicas como a agricultura familiar, a pesca, o extrativismo do açaí e a confecção de vasilhas de barro, quanto as manifestações culturais que representam o modo de vida dessas populações.

Nessa realidade, a identidade também está profundamente ligada à memória coletiva: os moradores guardam e compartilham histórias de seus antepassados, que narram a luta pela liberdade, a resistência contra a exploração e a conquista das terras que ocupam até hoje. Essa memória fortalece o sentimento de pertencimento: ser quilombola no Baixo Tocantins significa fazer parte de uma trajetória comum, compartilhar valores, costumes e construir um projeto de vida coletivo. Como destaca Leite (2000, p. 339), “o território é ao mesmo tempo espaço de trabalho, de moradia e de reprodução cultural, funcionando como referência central para a afirmação da identidade dos povos tradicionais”.

Desse modo, é importante observar que essa identidade não existe de forma isolada, mas se relaciona diretamente com a realidade social, econômica e política da

região. As comunidades enfrentam desafios concretos, como a falta de estradas em boas condições, o acesso limitado aos serviços de saúde pública e o preconceito linguístico.

A forma de falar desses grupos é um componente fundamental da sua identidade, mas frequentemente é desvalorizada quando comparada à chamada norma padrão da língua portuguesa. Costa (1996, p. 54) defende que “A aceitação ou não de certas formas lingüísticas por parte da comunidade falante está relacionada com o significado social que lhe é imposto pelo grupo que as usam, ou seja, estão relacionadas com o conjunto de valores que simbolizam [...]”. Essa identidade linguística reflete toda a história e a cultura da comunidade. Ao se expressarem com suas próprias características linguísticas, os sujeitos reafirmam quem são, sua ligação com a terra e com seus antepassados, demonstrando orgulho do seu modo de falar e de pertencer.

Além disso, a identidade quilombola se manifesta por meio de práticas como festas religiosas que misturam o catolicismo e tradições de matriz africana, danças, cantos, saberes sobre plantas medicinais e técnicas artesanais. Todos esses elementos funcionam como marcadores culturais que diferenciam esses grupos e reforçam sua singularidade. Assim sendo, Gomes (2002) ressalta que a cultura negra e quilombola encontra-se em constante transformação, preservando seu papel como instrumento de resistência frente aos processos de dominação e apagamento. Sendo assim, ao manter vivos os saberes ancestrais, as festas, os rituais, a memória das lutas por igualdade e sua forma própria de se expressar, essas comunidades não só preservam sua identidade, mas também reagem a um processo histórico que visa apagar sua existência e sua cultura.

Nas palavras de Moura (2001, p. 48), “a resistência cultural é a principal estratégia pela qual os povos quilombolas garantem sua continuidade ao longo do tempo, transformando tradições em instrumentos de afirmação e autonomia”. Assim, compreende-se que a cultura funciona como um mecanismo contra o apagamento social e o preconceito. Ela fortalece o sentimento de pertencimento e a autonomia do grupo diante de imposições externas, como a exigência de usar apenas a norma padrão da língua ou de se adaptar às mudanças tecnológicas e sociais contemporâneas. Manter vivas suas formas de expressão e suas tradições contribui para a preservação da identidade quilombola do Baixo Tocantins.

2.2 Variação linguística e norma padrão: reflexões sobre a dinamicidade da língua

A língua portuguesa, reconhecida como língua oficial do Brasil, constitui-se como um elemento identitário nacional fundamental à interação social. Embora o português seja o idioma pátrio, importa frisar a diversidade linguística inerente ao país, advinda dos mais diversos grupos sociais que compõem a nação, entre eles, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Nas palavras de Faraco (2021, p. 47), “O Brasil é um país multilíngue, embora não se reconheça oficialmente como tal”. Esse caráter multilíngue comprova-se na existência simultânea de inúmeras línguas no território brasileiro, tais como: línguas indígenas, línguas de imigração e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

A diversidade linguística brasileira também se manifesta nas diferentes formas de se falar a língua portuguesa, a partir das quais decorre o fenômeno da variação. Ao pensar acerca da relação entre língua e sociedade, percebe-se as diferentes formas de uso da língua que variam de acordo com fatores históricos, sociais, geográficos e situacionais. Diante disso, constata-se a heterogeneidade da língua e sua maleabilidade.

A compreensão de língua como um sistema heterogêneo é amplamente discutida pela Sociolinguística Variacionista. Em oposição ao que postulam o estruturalismo e gerativismo que concebem a língua como um sistema homogêneo, Labov (2008) demonstra que a variação é uma característica inerente às línguas naturais e decorre da influência de fatores linguísticos e extralinguísticos.

Sob essa ótica, a língua em uso, influenciada por diversos aspectos sociais, culturais e históricos, apresenta variações. Corroborando essa compreensão, Bagno (2007, p. 45-46) afirma que: “Todo e qualquer indivíduo varia sua maneira de falar, [...] independente de seu grau de instrução, classe social, faixa etária, etc. Trata-se de um comportamento que é adquirido muito rapidamente no convívio social [...]”. A partir dessa perspectiva, depreende-se que as variedades linguísticas estão diretamente relacionadas às formas de uso da língua adotadas pelos falantes, bem como ao contexto histórico, social e cultural no qual estão inseridos.

Apesar da heterogeneidade que caracteriza a língua, é evidente que certos modelos linguísticos tendem a ser mais prestigiados. No Brasil, a variedade linguística de referência corresponde à norma-padrão, conceituada por Faraco (2002, p. 40) como “[...] um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as

atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização lingüística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança". Nesse viés, a norma padrão caracteriza-se como um parâmetro linguístico de grande relevância em contextos formais de uso, sobretudo em ambientes educativos, administrativos e institucionais.

No entanto, a existência de um padrão linguístico requerido em determinados contextos de uso da língua portuguesa não implica que as demais variedades sejam inferiores. Conforme evidenciado por Bagno (2007, p. 51):

> É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o "melhor" ou o "pior" português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constituem um tesouro precioso de nossa cultura. Todas elas têm o seu valor, são veículos plenos e perfeitos de comunicação e de relação entre as pessoas que as falam. Se tivermos de incentivar o uso de uma norma culta, não podemos fazê-lo de modo absoluto, fonte do preconceito. Temos de levar em consideração a presença de regras variáveis em todas as variedades, a culta inclusive.

As reflexões apresentadas por Bagno (2007) evidenciam que todas as variedades linguísticas possuem valor comunicativo e cultural, sendo, portanto, formas legítimas de uso da língua.

Embora a língua seja heterogênea e dinâmica, a norma padrão, institucionalmente legitimada e valorizada, ocupa no contexto social a posição de prestígio. Nesse cenário, as demais variedades linguísticas que diferem da norma padrão são, em sua maioria, discriminadas e concebidas como incorretas. Ao uso dessas variações estão associados a falta de conhecimento, o baixo poder aquisitivo e o baixo nível de escolarização. Desconsidera-se, portanto, a flexibilidade da língua, sua dinamicidade, sua capacidade de adequação ao contexto comunicativo e sua relação com fatores histórico-sociais.

Segundo Perini (2006, p. 21) "O ensino do português muitas vezes difunde a crença de que existe uma maneira "certa" de usar a língua, e que essa é a única maneira aceitável; todas as outras são "erradas", devem ser evitadas". Diante dessa concepção, compreende-se que a "maneira certa" de uso da língua corresponde à norma padrão, conjunto de regras e convenções gramaticais socialmente legitimadas que orientam o uso da língua em contextos formais. Em contrapartida, as demais formas de uso classificadas como "erradas" estão frequentemente associadas às variedades linguísticas, entendidas como formas legitimas de uso que refletem os aspectos socioculturais de diferentes comunidades de fala. Por conseguinte, a

concepção de que a norma padrão é a única forma legítima de uso da língua contribui para a marginalização das demais variedades linguísticas.

Diversos estudiosos do campo da sociolinguística argumentam acerca dessa concepção de correto e incorreto no uso do português brasileiro. Marcos Bagno (2003, p. 17), em sua obra intitulada *A norma oculta* afirma “[...] acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber “usar” corretamente a visão [...]”, isto posto, tornam-se inapropriadas as concepções de “certo” e “errado” no uso do português brasileiro, haja vista que todo falante possui um saber linguístico e ao fazer uso da língua materna estabelece uma comunicação compreensível, independente das variantes selecionadas, sejam elas padrão ou não padrão.

Ante o exposto, constata-se que o fenômeno da variação linguística é algo inerente às línguas idiomáticas, e segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 25) “O grau dessa variação será maior em alguns domínios do que em outros. [...] Mas em todos eles há variação [...]”. Portanto, é de grande relevância evidenciar esse fenômeno no ambiente universitário e reconhecer essas variedades linguísticas como legítimas dentro de seus contextos de uso e fundamentais à construção de identidades.

2.3 O preconceito linguístico na universidade: um espaço de silenciamento

Tradicionalmente, a universidade é pensada como um espaço voltado para a criação e a disseminação do conhecimento. No entanto, ela também pode funcionar como um cenário onde se reproduzem desigualdades sociais e culturais especialmente no que diz respeito aos estudantes quilombolas. Dentre essas desigualdades, o preconceito linguístico se destaca como uma forma de discriminação discreta, mas muito presente, que interfere nas relações acadêmicas e pode dificultar o percurso e o desempenho desses alunos na educação superior.

Esse fenômeno ocorre porque, conforme aponta Possenti (2006, p. 33-34), “a variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de status ou de papel entre indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua”. Tal compreensão indica que as avaliações negativas atribuídas a determinadas formas de falar não decorrem de aspectos linguísticos propriamente ditos, mas das relações sociais estabelecidas entre os grupos que as utilizam.

Conforme define Bagno (2007), o preconceito linguístico corresponde à discriminação exercida com base no modo como a pessoa se expressa. Na universidade, ele se manifesta por meio de práticas que valorizam certas formas de falar em detrimento de outras, criando hierarquias que refletem e mantêm as relações de poder vigentes na sociedade. Essa lógica acaba gerando processos de silenciamento que afetam principalmente estudantes de origem popular, comunidades quilombolas, regiões afastadas ou grupos historicamente marginalizados.

Diante desse contexto, compreender como esse tipo de preconceito funciona no ambiente acadêmico, quais são suas formas de aparecimento e seus efeitos na formação de alunos quilombolas constitui um aspecto fundamental para análise proposta neste estudo. Essa compreensão é essencial para construir caminhos que tornem o ensino superior realmente inclusivo e democrático, um espaço onde a diversidade linguística trazida pelos estudantes de suas comunidades seja reconhecida como patrimônio cultural, e não vista como um empecilho para a aprendizagem.

Nesse contexto, compreender a linguagem como prática social constitui um princípio fundamental para o enfrentamento das manifestações do preconceito linguístico. Conforme destaca Fabricio (2006, p. 48), “ao estudarmos a linguagem, estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva”. Desse modo, a língua aprendida no dia a dia é a principal ferramenta que cada pessoa usa para se manifestar, trocar ideias e interagir. Sendo a linguagem uma prática social, não faz sentido considerar que uma língua ou qualquer uma de suas variações não tenha legitimidade e espaço válido na convivência coletiva.

Esse entendimento é reforçado por Bagno (1999, p. 16), ao afirmar que:

> A variação linguística tem que ser objeto e objetivo do ensino de língua [...] é preciso mostrar, em sala de aula e fora dela, que a língua varia tanto quanto a sociedade varia, que existem muitas maneiras de dizer a mesma coisa e que todas correspondem a usos diferenciados e eficazes dos recursos que o idioma oferece a seus falantes [...].

As reflexões de Bagno revelam que a legitimação das variedades linguísticas deve integrar as práticas pedagógicas. Desse modo, verifica-se que além do ensino da norma padrão, é primordial contemplar as diferentes variedades linguísticas no processo educativo. Essa abordagem deve ocorrer desde a educação básica até o

nível superior, dado que o reconhecimento do fenômeno da variação é fundamental a valorização da diversidade linguística brasileira.

Entretanto, apesar da evidente necessidade de valorização da diversidade linguística, verifica-se que a concepção de uma única forma "correta" de uso da língua ainda permanece presente em muitos contextos educacionais. Observa-se que, o conceito de “certo” atribuído à norma padrão resulta na marginalização das demais variações linguísticas, culminando no preconceito linguístico que se manifesta quando formas de falar ou escrever, associadas a determinados grupos sociais, são consideradas inferiores ou inadequadas. Além disso, essa prática, muitas vezes naturalizada, pode gerar exclusão, insegurança e silenciamento de estudantes que não dominam plenamente a norma padrão, especialmente aqueles provenientes de contextos socioculturais diversos, a exemplo de discentes de origem quilombola.

Sob esse viés, a universidade deve atuar como espaço de ampliação de repertórios linguísticos, e não de exclusão, de maneira a evidenciar que a língua é heterogênea, dinâmica e que não existe uma única forma “certa” de falar a língua portuguesa, mas sim diferentes variedades linguísticas, as quais são legítimas em seus respectivos contextos de uso.

3 METODOLOGIA: ENCAMINHAMENTOS DA PESQUISA

Esta seção apresenta os aspectos metodológicos que orientaram o desenvolvimento deste estudo. Para tanto, são descritos os procedimentos adotados para sua realização, contemplando a caracterização do lócus da pesquisa, dos participantes, dos instrumentos utilizados para a coleta de dados e dos procedimentos empregados em sua análise.

3.1 Caracterização do lócus da pesquisa

A presente pesquisa desenvolve-se no contexto acadêmico da Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição pública de ensino superior de referência nacional em ensino, pesquisa e extensão desde a sua fundação, em 1957. Nos dias atuais a instituição dispõe de 12 campi e oferece mais de 150 cursos de graduação, distribuídos em 82 municípios do Estado do Pará.

O lócus da pesquisa compreende os campi e polos da UFPA localizados na região do Baixo Tocantins, no nordeste paraense, que abrange os municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru,

Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, dentre os quais, segundo a Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos, concentra-se o maior número de comunidades quilombolas do Estado.

Salienta-se que as comunidades quilombolas da região do Baixo Tocantins caracterizam-se pela expressiva diversidade cultural e linguística. Esse modo de vida, marcado pela valorização do território, dos saberes tradicionais e da ancestralidade, contribui para a preservação de manifestações culturais e de práticas linguísticas que constituem importantes elementos da identidade quilombola.

Nesse contexto, a escolha da Região do Baixo Tocantins como delimitação espacial do lócus da pesquisa justifica-se pela diversidade cultural, étnica e linguística que a compõe, e pela expressiva presença, no contexto universitário, de pessoas oriundas de comunidades quilombolas, ingressantes na UFPA principalmente por meio do Processo Seletivo Especial da própria instituição, destinados a indígenas e quilombolas (PSE - I/Q), cuja reserva de vagas específicas para candidatos quilombolas deu-se por meio da resolução n° 4.309/2012 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Para participarem desse PSE - I/Q, os candidatos precisam apresentar declaração de pertencimento étnico emitida e assinada por três membros da atual Diretoria da Associação que representa legalmente a comunidade, como também realizar provas (redação) e entrevistas.

Ao definir como público-alvo desta pesquisa os discentes de origem quilombola matriculados na Universidade Federal do Pará, tem-se um cenário propício para analisar como o preconceito linguístico se configura na universidade e seus possíveis impactos na vivência acadêmica desses estudantes.

3.2 Instrumento de coleta de dados

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utiliza-se como instrumento de coleta de dados um questionário on-line, elaborado na plataforma do Google Forms, composto por 16 questões mistas, variando entre questões de múltipla escolha e questões discursivas. A escolha desse instrumento justifica-se pela possibilidade de reunir, por meio do uso das tecnologias, informações relacionadas às percepções, experiências e vivências linguísticas dos participantes, além de ampliar o alcance da pesquisa e possibilitar a participação de discentes matriculados em diversos campi e polos da UFPA localizados na região do Baixo Tocantins.

As questões presentes no questionário buscam identificar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos participantes (idade, gênero, curso), bem como suas percepções acerca do sentimento de pertencimento a uma comunidade quilombola, do reconhecimento da diversidade linguística e das manifestações de preconceito linguístico presentes no contexto universitário.

Para tanto, o questionário da pesquisa foi disponibilizado eletronicamente por meio de um link divulgado nas plataformas digitais do WhatsApp e Instagram, sendo compartilhado com discentes de origem quilombola com faixa etária entre 15 e 55 anos, graduandos de cursos distintos: Artes Visuais, Agronomia, Biotecnologia, Ciências Sociais, Direito, Engenharia de Produção, Engenharia Sanitária e Ambiental, Educação do Campo, Física, Geografia, História, Letras - Português, Letras - Espanhol, Matemática, Pedagogia e Sistema de Informação, matriculados na UFPA (principalmente nos Campus de Abaetetuba, Cametá e seus respectivos polos).

O período da coleta de dados ocorreu entre os dias 08 de junho e 07 de julho de 2026, no decorrer do qual obtiveram-se 44 respostas. Ao acessarem o questionário, os discentes foram informados a respeito da finalidade da pesquisa e do caráter voluntário e sigiloso de sua participação. Com o intuito de manter o anonimato dos participantes, as respostas discursivas apresentadas na seção de análise de dados serão precedidas pela palavra “Participante”, seguida da numeração sequencial que corresponde à ordem da resposta no questionário. Convém mencionar que o instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo se encontra disponível no Apêndice A deste artigo.

4 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O ENFRENTAMENTO ACERCA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO: ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, expõe-se e examina-se os dados coletados com apoio das referências teóricas que embasam este estudo. Busca-se aprofundar a compreensão sobre a identidade linguística que os sujeitos quilombolas constroem ao interagir com outras pessoas, além de analisar como eles lidam com as diferentes formas de fala: as variedades de seus territórios de origem e a norma padrão exigida no ambiente acadêmico. A análise dos dados está organizada em três categorias: A linguagem como elemento identitário; Manifestações do preconceito linguístico no âmbito acadêmico; A norma padrão e a adequação da linguagem no contexto universitário.

4.1 A linguagem como elemento identitário

A linguagem constitui um elemento fundamental para a interação social e configura-se como uma das principais formas de manifestação cultural, por meio da qual se evidenciam aspectos intrínsecos à identidade de um povo. No contexto das comunidades quilombolas, a linguagem representa uma marca de pertencimento e de identidade coletiva, dado que transcende sua função comunicativa ao expressar a cultura, as crenças, os valores, as tradições e a ancestralidade que caracterizam esses grupos sociais. Nesse viés, a compreensão de que a linguagem se configura como um elemento identitário consente depreender que o repertório linguístico dos sujeitos quilombolas constitui não somente uma maneira própria de expressão, mas, sobretudo, uma atitude de pertencimento, ou seja, um vínculo concreto com o território e a cultura construída coletivamente.

A relação entre identidade, memória e pertencimento é discutida por alguns teóricos. Nas palavras de Pereira (2014, p. 44) “[...] a questão da identidade se relaciona com a memória na medida em que as identidades se constituem como herança de significados, ligados a constituição de uma memória e de um discurso que legitime a ideia de pertencimento”. Tal concepção permite compreender que a identidade se constrói a partir das vivências compartilhadas pelos sujeitos, as quais perpetuam a ancestralidade de sua comunidade. Com relação aos sujeitos quilombolas, essa relação também se expressa por meio das práticas linguísticas, que se compõem por modos de falar próprios e por variedades linguísticas que expressam etnicidade, resistência e pertencimento aspectos que também se evidenciam nos relatos apresentados pelos participantes desta pesquisa.

A concepção de que os modos de falar dos sujeitos fazem parte do legado cultural e um vínculo com sua comunidade de origem verifica-se nas respostas discursivas dos discentes. Segundo o “Participante 18”, “Essa variedade se predomina a partir da nossa ancestralidade mantendo vivo a cultura verbal de nosso povo”, a partir desse relato percebe-se que o participante correlaciona variedade linguística à herança ancestral. Tal percepção demonstra que a língua excede seu papel comunicativo e atua como mecanismo de disseminação e difusão cultural, contribuindo para a constituição da identidade quilombola, uma vez que esta transmite e preserva os aspectos culturais dessas comunidades. Verifica-se, portanto, que a variedade linguística é vista pelo entrevistado como parte constituinte da ancestralidade por meio da qual perdura a cultura verbal do seu povo.

Essa compreensão também se evidencia na narrativa do “Participante 37”, que declara: “Minha fala faz parte da minha identidade”. A afirmação revela que as práticas linguísticas não são compreendidas apenas como recursos de comunicação, mas como elementos que participam da constituição da identidade. Essa perspectiva dialoga com Bagno (2003, p. 17), ao afirmar que “[...] a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano - em boa medida, nós somos a língua que falamos [...]”. Em consonância com essa concepção teórica, o relato do discente evidencia que seu repertório linguístico está diretamente relacionado à maneira como se reconhece e se posiciona socialmente, não se configurando como um aspecto dissociado de sua identidade. Sob essa ótica, os dados indicam que as práticas linguísticas assumem uma dimensão identitária ao contribuírem para a construção do sentimento de pertencimento e identificação dos sujeitos com os grupos sociais aos quais pertencem.

Ademais, o reconhecimento de que a linguagem faz parte do patrimônio cultural do povo quilombola é evidente. Um dos discentes destaca que mesmo após o ingresso no ensino superior a identidade linguística proveniente de sua cultura quilombola permanece presente no decorrer de sua trajetória acadêmica. A esse respeito, o “Participante 03” expõe “Sim porque não tem como desprender-se por completo do nosso cotidiano, na Universidade aprendo coisas novas, mais minha cultura e a variedade linguística seguem juntas comigo”. Com base no relato apresentado, percebe-se que o discente compreende de forma clara que o contato com o ambiente acadêmico proporciona a aquisição de novas aprendizagens, as quais não anulam os conhecimentos adquiridos em seu território de origem, ou seja, mesmo após sua inserção na universidade, o entrevistado afirma que as referências culturais e linguísticas de sua comunidade permanecem presentes no decorrer de sua trajetória acadêmica.

Outrossim, essa relação entre linguagem, identidade e pertencimento, também se evidencia no relato do “Participante 05”, que afirma: “[...] O dialeto e as marcas linguísticas da minha comunidade carregam a nossa ancestralidade, a nossa história e o nosso modo de vida na zona rural [...]”. A partir dessa afirmação, é perceptível que, por meio da linguagem, manifestam-se aspectos relacionados à memória coletiva da comunidade quilombola. O discurso evidencia que a linguagem materializa a identidade social, visto que, para o entrevistado, o dialeto e as marcas linguísticas são compreendidos como elementos que expressam a ancestralidade, o registro histórico

e o modo de vida de sua comunidade. Dessa maneira, a linguagem aparece como uma forma de expressão da memória social e das experiências compartilhadas pelos sujeitos que integram a comunidade quilombola.

Essa análise permite compreender que a identidade quilombola constrói-se a partir das vivências e memórias coletivas que se estabelecem em razão da íntima relação dessas comunidades com o território. Essa relação também é discutida por Arruti (2008, p. 325) ao argumentar que: “A diversidade cultural passa a ser vista como subsidiária dos direitos territoriais, já que o suporte de sua identidade sócio-cultural é justamente o território”. Com base nessa discussão, depreende-se que essa relação com o território contribui significativamente para a constituição da identidade sociocultural. Logo, compreende-se que o repertório linguístico mencionado pelo “Participante 05” é formado pelas experiências vivenciadas nesse espaço e se configura como marca identitária.

Mediante o exposto, os dados analisados no decorrer dessa categoria possibilitam reconhecer a linguagem como elemento constitutivo da identidade e da representatividade social dos discentes quilombolas. No tocante aos discursos apresentados, observa-se que o repertório linguístico desses sujeitos se caracteriza como símbolo de resistência, um vínculo permanente entre os valores e saberes transmitidos por seus antepassados e as experiências vivenciadas pela geração atual. Nesse sentido, as práticas linguísticas constituem-se como marcas identitárias, ou seja, a linguagem não atua somente como um instrumento de interação social, mas se configura como parte basilar de pertencimento e afirmação da identidade quilombola, o que contribui para a valorização das experiências coletivas e para a preservação de referências culturais que integram essas comunidades.

4.2 Manifestações do preconceito linguístico no ambiente acadêmico

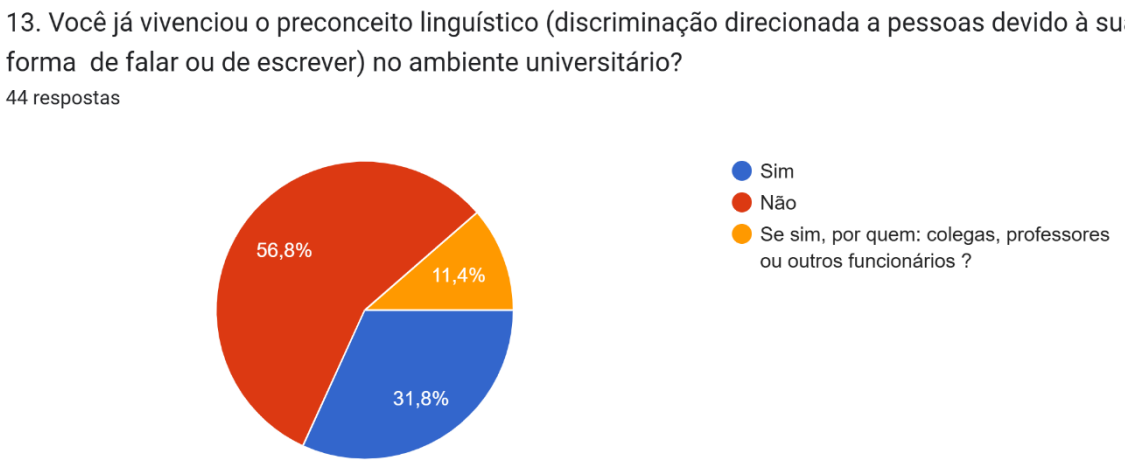
Nas diversas esferas da sociedade manifestam-se formas de discriminação social, dentre as quais se destaca o preconceito linguístico, objeto também de análise deste estudo. O preconceito linguístico diz respeito à estigmatização das variedades linguísticas que fogem às práticas de linguagem pautadas pela norma padrão, tida como forma de expressão comunicativa de grande prestígio social. Nas reflexões de Bagno (2007, p. 40):

> O preconceito lingüístico se baseia na crença de que só existe, [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer

> manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”.

Partindo dessa concepção, no cenário acadêmico, apesar de se caracterizar como um espaço plural e diverso, é perceptível a presença do preconceito linguístico, que ocorre tanto de forma explícita quanto implícita. No decorrer da pesquisa questiona-se os participantes acerca dos episódios de preconceito linguístico na universidade, a esse respeito os dados revelam que 56,8% dos discentes não vivenciam esse tipo de preconceito, enquanto que 31,8% alegam ter passado por tal situação e 11,4% respondem afirmativamente e evidenciam o agente dessa discriminação.

Figura 1 - Questionamento acerca das vivencias do preconceito linguístico



Fonte: Questionário da pesquisa, 2026

De acordo com os dados apresentados no gráfico, percebe-se que a maioria dos entrevistados revelam não ter vivenciado o preconceito linguístico, entretanto o percentual de discentes que são alvos desse tipo de constrangimento representa um número expressivo de ocorrências dessa discriminação social. Tal prática, contradiz a concepção de universidade como um espaço plural, no qual socializam sujeitos de distintas culturas, territórios e variedades linguísticas.

Para aprofundar a compreensão desses resultados, os relatos a seguir demonstram situações concretas de preconceito linguístico vivenciadas na universidade. Conforme narrado pelo “Participante 04” há casos em que o preconceito

se manifesta de maneira silenciosa, “No olhar agente sente o preconceito, e alguns colegas até se afastam da gente”. Esse discurso revela que o preconceito nem sempre acontece por meio de atitudes e declarações explícitas, isto é, no contexto universitário ocorrem julgamentos e exclusões de forma sutil e não verbalizada. Diante disso, compreende-se que as práticas de discriminação linguística que acometem os discentes provocam episódios de segregação, o que impacta diretamente nas relações sociais.

Além das manifestações sutis de preconceito linguístico, há formas mais evidentes dessa discriminação, conforme discutido por Laperuta (2017, p. 11):

> O preconceito linguístico, que é a discriminação de sujeitos, grupos ou classes pelo modo como falam (em fatos: dar risada, dizer que se fala errado marginalizar, ofender, sentir dó de alguém pela variedade falada que não corresponde ao estabelecido socialmente).

A visão apresentada pela autora revela que o preconceito ocorre de maneira distinta, essa afirmativa está em consonância com o parecer do “Participante 05”, que aponta de que maneira essas condutas discriminatórias se concretizam na universidade:

> Ocorre através de olhares de julgamento, risadinhas ou silenciamento durante trabalhos em grupo. Há uma postura de superioridade por parte de alunos que vêm de centros urbanos ou de escolas particulares, o que gera um ambiente de exclusão e me faz hesitar em participar das aulas.

O relato supracitado permite depreender que os efeitos causados pela prática do preconceito linguístico são traumáticos e refletem negativamente na vivência universitária. Desse modo, é evidente que a discriminação linguística acarreta sentimentos de insegurança e segregação, interferindo na participação e nas relações acadêmicas do discente.

Ainda nesse contexto, ampliando a discussão acerca das manifestações de preconceito linguístico na universidade, tem-se outro dado que demonstra situações de correção e julgamento linguístico, neste caso as atitudes discriminatórias são realizadas não por colegas de classe como visto anteriormente, mas partem dos próprios docentes, conforme afirma o “Participante 22” “Professores, muitas dad vezes repreendem na hora da apresentação por usar palavra que segundo eles não é de uma pessoa que faz faculdade”.

É importante reiterar que o dado analisado revela uma concepção que recrimina a forma de falar empregada pelo discente ao afirmar que essa prática linguística não condiz com seu papel social dentro do ambiente acadêmico. Isto posto, percebe-se que há a estigmatização da variedade linguística utilizada pelo entrevistado, visto que a norma padrão é caracterizada, no contexto educativo, como único modelo legítimo de comunicação. Esse entendimento é reforçado por Bagno (2001, p. 5) ao afirmar:

> As pessoas que usam a expressão norma culta como um pré-conceito tentam encontrar em todas as manifestações linguísticas, faladas e escritas, esse ideal de língua, esse padrão pré-estabelecido que, como uma espécie de lei, todos tem obrigação de conhecer e de respeitar [...].

As evidências apresentadas por Bagno (2001) explicitam que os sujeitos que empregam a norma padrão em suas práticas linguísticas e a concebem como linguagem de prestígio tendem a utilizá-la como critério de julgamento em relação àqueles que fazem uso das variedades linguísticas que diferem da variedade padrão. Esse entendimento dialoga com o relato exposto pelo “Participante 22”, na medida em que ambos expõem que, para alguns sujeitos, o domínio da norma padrão está intimamente relacionado à competência intelectual, o que favorece a desvalorização das demais variedades pertinentes ao contexto brasileiro.

Em suma, compreende-se que o preconceito linguístico se concretiza quando a norma padrão assume o status de modelo legítimo de linguagem, sendo considerada como única forma “correta” de se utilizar a língua materna, desconsidera-se, portanto, que essa variedade é um registro culto aplicável a contextos formais de uso, em vista disso a norma padrão passa a ser utilizada como base de avaliação que deprecia a competência, a escolaridade ou o pertencimento dos sujeitos no espaço universitário.

No âmbito deste estudo, os dados analisados demonstram que os participantes oriundos das comunidades quilombolas, pertencentes à região do Baixo Tocantins, relatam episódios de desvalorização da sua fala de origem. Sob tal perspectiva, constata-se que os relatos analisados apresentam consonância entre si, pois ratificam que o preconceito linguístico se manifesta na esfera acadêmica de maneira distinta, através de olhares, risadas, silenciamento, afastamento e repreensão. A partir dessas

práticas de discriminação, percebe-se a marginalização das variedades linguísticas que caracterizam determinados grupos sociais.

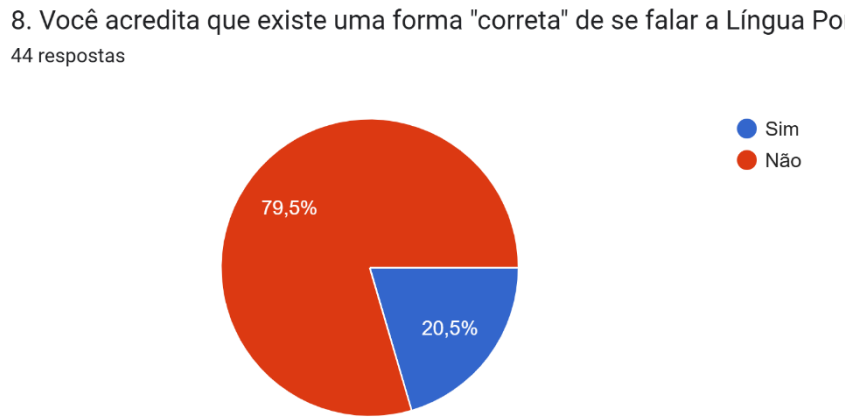
4.3 A norma padrão e a adequação da linguagem no contexto universitário

A adequação linguística resulta da dinamicidade da língua, a qual possui caráter heterogêneo e dispõe de diversas variedades que concedem aos falantes diferentes possibilidades de expressão nos contextos comunicativos. No tocante ao ambiente universitário, as práticas comunicativas em trabalhos acadêmicos demandam o uso formal da língua portuguesa, que corresponde à norma padrão, desse modo percebe-se que nessas situações comunicativas faz-se necessário que o falante adeque sua linguagem às exigências do contexto institucional.

Nesse viés, em relação aos discentes quilombolas, esse processo de adequação linguística deve ser examinado de maneira responsável, visto que o repertório linguístico desses sujeitos constitui sua etnicidade e pertencimento.

Nessa perspectiva, com o intuito de compreender como ocorre o processo de adequação da linguagem na universidade, questiona-se os participantes a respeito da existência de uma forma “correta” de se utilizar a língua portuguesa. Com base no gráfico subsequente, 79,5% dos participantes afirmam que não existe uma forma correta de se falar, enquanto 20,5% declaram existir.

Figura 2 Concepção sobre a forma "correta" de uso da língua



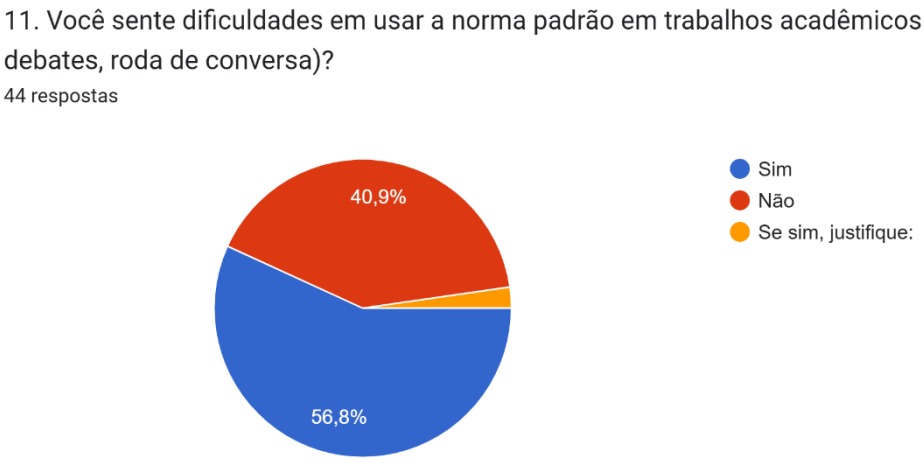
Fonte: Questionário da pesquisa, 2026

Mediante o exposto, nota-se um quantitativo expressivo de discentes, que afirmam a inexistência de uma forma correta de uso da língua. Corroborando essa ideia evidencia-se que a maioria dos entrevistados reconhece a diversidade linguística que caracteriza a língua portuguesa, todavia essa compreensão não impede que esses discentes enfrentem dificuldades no tocante à adequação da linguagem no contexto acadêmico.

À luz dos postulados teóricos da sociolinguística variacionista "[...] será necessário aprender a ver a língua – seja do ponto de vista diacrônico ou sincrônico – como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada" (WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M., 2006). Isto significa que, a língua é concebida como um sistema heterogêneo e variável em razão de fatores extralinguísticos. Essa perspectiva também é defendida por Bortoni-Ricardo (2004), que concebe a variação como um fenômeno inerente à língua, cuja manifestação ocorre nos mais diversos domínios sociais. De acordo com as evidências apresentadas, verifica-se que a percepção da maioria dos participantes aproxima-se das concepções defendidas pelos teóricos supracitados, ao reconhecer que a língua portuguesa não se restringe a uma única forma legítima de uso, mas se constitui por diferentes variedades linguísticas.

Ainda que os discentes evidenciem não acreditar em uma forma correta de uso da língua, os dados revelam que a maioria demonstra ter dificuldades no uso da norma padrão. Essa realidade torna-se perceptível no gráfico seguinte.

Figura 3 Questionamento sobre as dificuldades no uso da norma padrão



Fonte: Questionário da pesquisa, 2026

Conforme o exposto, observa-se que 56,8% dos participantes enfrentam dificuldades em adequar a linguagem aos princípios da norma padrão em situações comunicativas mais formais. O depoimento do “Participante 04” evidencia esses percalços ao declarar: “Acredito que não só eu, como boa parte dos nossos, sentimentos dificuldade pois temos nosso próprio dialeto e quando chegamos lá nos separamos com uma linguagem totalmente diferente da nossa vivência”. Esse entendimento revela que essa problemática é vivenciada por alguns discentes, especialmente porque o repertório linguístico que constitui sua identidade se distancia das manifestações linguísticas valorizadas na universidade.

Sob esse mesmo viés, o “Participante 32” menciona que:

> No inicio da graduação eu senti sim muita dificuldade em entender e acompanhar a linguagem acadêmica. E me adequar a este universo foi um processo lento e dificil porque de certa maneira essa norma padrão acaba apagando a nossa identididade e nosso pertencimento etnico que transmitimos atravé das variedades linguinticas especificas da nossa comunidade.

Desse modo, depreende-se que o discente enfrenta bastante dificuldade em se adequar às práticas linguísticas universitárias, principalmente no que concerne à norma padrão, variedade de prestígio que se configura como forma de apagamento identitário, conforme destacado.

Mediante o exposto, torna-se evidente que ambos os participantes enfrentam dificuldades em adequar a linguagem às exigências acadêmicas. No entanto as dificuldades relatadas não estão associadas apenas ao domínio da norma padrão, mas também ao fato de haver um distanciamento entre o repertório linguístico de origem e as práticas linguísticas requeridas na universidade. Desse modo, a adequação linguística perpassa desafios que englobam tanto aspectos gramaticais, quanto questões identitárias e culturais.

Em contrapartida, os dados também demonstram que, para alguns discentes, o processo de adequação linguística possibilita o emprego de diferentes variedades da língua, tanto em contextos formais quanto informais, sem que isso implique, necessariamente, o abandono do repertório linguístico de origem.

Nesse sentido, o processo de adequação da linguagem se expressa no discurso do “Participante 29”*:* “Quando me mudei para morar em Belém decidi não usar tanto do meu vocabulário que aprendi na minha comunidade, tanto por que

alguns nao entendiam, tanto como forma de me encaixar. Mas, normalmente uso gírias e modos de expressões". A partir desse relato, observa-se que a adequação ocorreu por dois motivos distintos, pelo fato de que a linguagem utilizada no ato comunicativo não era compreensível, como também pela necessidade de inserção a um novo contexto social, embora se evidencie que alguns elementos linguísticos de origem tenham permanecido em seu repertório linguístico.

Outrossim, o "Participante 26" demonstra que o ato de adequação linguística ocorre de maneira consciente, conforme o enunciado:

> Sim. Uso a norma-padrão em trabalhos e apresentações formais. No convívio com colegas e em grupos da faculdade uso gírias e jargões. Acredito que o uso da linguagem varia conforme o contexto, e na universidade precisamos dominar tanto o registro formal quanto o informal para nos comunicar bem.

Conforme destacado acima, constata-se que esse discente possui uma sólida habilidade linguística, haja vista que utiliza diferentes registros conforme as demandas do contexto comunicativo no qual está inserido. Tal conduta corrobora as conclusões de Bortoni-Ricardo (2004, p. 78) que defende "O falante tem de dispor em seu repertório de recursos comunicativos que lhe permitam desempenhar-se com adequação e segurança nas mais diversas situações".

Ademais, as percepções trazidas pelos "Participantes 29 e 26" revelam que a adequação da linguagem pode ocorrer de maneira consciente, de acordo com às exigências dos contextos comunicativos. Nesse viés, tal processo configura a ampliação do repertório linguístico e não a substituição da variedade linguística que caracteriza a identidade quilombola desses discentes.

Com base nos dados dispostos na categoria, constata-se que os discentes quilombolas reconhecem a diversidade linguística, contudo enfrentam dificuldades em adequar sua linguagem às exigências do contexto universitário. Nesse sentido, os resultados também demonstram que a adequação linguística não implica o abandono das variedades que constituem a identidade dos discentes quilombolas, mas sim a capacidade de adaptar o uso da língua às diferentes situações comunicativas, reconhecendo seu caráter dinâmico e a legitimidade das diferentes variedades linguísticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos, as discussões aqui delineadas permitem compreender que a linguagem, além de desempenhar sua função comunicativa, atua como um componente intrínseco à identidade ancestral. Nesse sentido, os repertórios linguísticos contribuem para a constituição da identidade quilombola. Ademais, evidencia-se que as práticas de preconceito linguístico constituem uma forma de preconceito social recorrente em diferentes esferas da sociedade que se manifestam na universidade de diversas maneiras e acabam por marginalizar as variedades linguísticas vinculadas às comunidades quilombolas.

Diante desse cenário, esta investigação possibilita inferir que na esfera acadêmica uma parcela dos estudantes quilombolas enfrenta dificuldades em relação à adequação linguística, devido à valorização da norma padrão exigida em trabalhos acadêmicos. O processo de adequação à norma pode gerar conflitos no que diz respeito à identidade linguística quilombola, caso essa exigência se configure como uma forma de apagamento identitário. Em contrapartida, percebe-se que o fato de adequar a linguagem ao contexto acadêmico não significa que os discentes devam afastar-se do seu repertório linguístico de origem.

Sob essa perspectiva, ao refletir sobre as formas de manifestação do preconceito linguístico no ambiente universitário e sobre os impactos dessa prática na vivência acadêmica de discentes quilombolas, pode-se afirmar que os resultados alcançados responderam à problemática que conduziu este estudo, já que demonstram que a esfera universitária, ao valorizar o padrão da língua portuguesa, tende a promover situações de desprestígio das variedades linguísticas vinculadas aos territórios quilombolas, bem como acarretar desafios relativos à adaptação da linguagem.

Com base nessas reflexões, a presente pesquisa revela que a universidade, enquanto espaço promotor do conhecimento crítico, precisa reconhecer e valorizar a diversidade linguística que a compõe, evidenciando que a variação linguística inerente à língua não se configura como uma maneira errada de comunicação, e sim uma forma legítima de uso, as quais caracterizam a cultura, a etnicidade e o pertencimento dos sujeitos.

Em síntese, espera-se que as análises empreendidas neste estudo contribuam para o desenvolvimento de novas pesquisas a respeito do preconceito linguístico, especialmente no que se refere às comunidades quilombolas, bem como para conferir

maior visibilidade à diversidade linguística. Almeja-se, portanto, que as discussões desenvolvidas possibilitem à comunidade acadêmica refletir sobre suas práticas, de modo que a universidade se transforme em um ambiente caracterizado pela genuína pluralidade e pelo acolhimento das diversidades linguísticas e culturais dos sujeitos que a integram.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. **Comunidades remanescentes de quilombos: identidade e território**. Brasília: Editora UnB, 2008.

BAGNO, Marcos**. Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. Edições Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Nada na Língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos**. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Norma linguística & preconceito social: questão de terminologia**. Juíz de fora, 2001. Veredas, revista de estudos linguísticos. v. 5, n. 2 p. 71 a 83.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

COSTA, Vera Lúcia Anunciação. **A importância do conhecimento da variação lingüística**. Educação e Revista, n. 12, p. 51-60, 1996.

FABRÍCIO, Branca Falabella. **Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso**. Por uma linguística aplicada indisciplinar. São Paulo: Parábola, p. 45-65, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma-padrão brasileira. Lingüística da norma**. São Paulo: Loyola, p. 37-61, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma-padrão e ensino de português no Brasil**. Palavras-revista em linha, n. 4, p. 45-56, 2021.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural**. Psicologia & Sociedade, v. 26, p. 106-115, 2014.

GOMES, Flávio. **A resistência negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

LABOV, William**. Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAPERUTA-MARTINS, Maridelma. **Preconceito linguístico**. Revista Observatório, v. 3, n. 1, p. 305-326, 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 4, n. 2), p. 333-354, 2000.

MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, Geisa Cadilhe de. **Políticas de ação afirmativa para quilombolas: a inclusão das cotas específicas**. Revista da AGU, Brasília, v. 10, n. 32, p. 115-138, jun. 2011. Disponível em: https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/1733. Acesso em: 10 mar. 2026.

PEREIRA, Luciana de Araújo. **Nas trilhas de uma comunidade quilombola: tradição, oralidade, memória coletiva e identidade**. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana–BA.

PERINI, Mário A. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2006.

SCHMITT, Gisela; TURATTI, Maria Cecília M.; CARVALHO, Maria Celina P. de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 5, n. 10, p. 1-18, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrdk/?lang=pt. Acesso em: 15 maio 2026.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

FORMULÁRIO DE PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BAIXO TOCANTINS - UFPA

Caros participantes, somos alunas do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Polo Barcarena, e estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre Preconceito Linguístico no Ambiente Universitário, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Cavalcante.

Destacamos que a sua participação é fundamental para o desenvolvimento do nosso trabalho e garantimos que todas as informações fornecidas serão mantidas em absoluto sigilo, sendo utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.
Desde já, agradecemos imensamente a sua disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,
Alana Leitão e Josiane Silva
Estudantes da Turma de Letras – 2021

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

3. 1. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 15 a 20 anos
- ◯ 21 a 30 anos
- ◯ 31 a 40 anos
- ◯ 41 a 55 anos
- ◯ Outro:

2. Gênero:

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outro: ____

5. *

3. Curso:

Marcar apenas uma oval.

- Letras/ Português
- Matemática
- Pedagogia
- Direito
- Outro: ____

6. *

4. Período:

Marcar apenas uma oval.

- Graduando do 1º ao 4º semestre
- Graduando do 5º ao 7º semestre
- Graduando concluínte

7. **5.** Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2020), "As comunidades quilombolas são grupos étnicos - predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias". Nessa perspectiva, você se considera de origem Quilombola? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

8. 6. A qual comunidade você pertence?

_____

9. 7. Muito se fala sobre variedade linguística. Você sabe o que é variedade linguística? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

10. 8. Você acredita que existe uma forma "correta" de se falar a Língua Portuguesa? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

11. 9. Além da norma-padrão (conjunto de regras gramaticais que orienta o uso da língua em contextos formais), você utiliza outras variedades linguísticas (gírias, jargões, etc.) no contexto universitário? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Se sim, justifique:

12. Justifique *

_____

_____

_____

_____

_____

13. 10. Você já se sentiu julgado(a) pela maneira como fala ou escreve na Universidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Se sim, justifique:

14. Justifique *

_____

15. 11. Você sente dificuldades em usar a norma padrão em trabalhos acadêmicos orais (seminários, debates, roda de conversa)? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Se sim, justifique:

16. Justifique *

_____

_____

_____

_____

_____

17. 12. Você acredita que a sua forma de falar pode influenciar na maneira como os professores lhe avaliam? Por quê? *

_____

18. 13. Você já vivenciou o preconceito linguístico (discriminação direcionada a pessoas devido à sua forma de falar ou de escrever) no ambiente universitário? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Se sim, por quem: colegas, professores ou outros funcionários ?

19. Justifique *

_____

_____

_____

_____

_____

20. 14. Você já sofreu preconceito linguístico dentro da universidade por ser de origem Quilombola? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Se sim, justifique:

21. Justifique *

_____

22. 15. Na sua opinião, a universidade valoriza a diversidade linguística (as diferentes formas de se utilizar a língua portuguesa)? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Se sim, justifique:

23. Justifique *

24. 16. Essa pesquisa que você participou trata-se de uma coleta de dados para a elaboração de nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Agradecemos imensamente sua participação! *
Deixe aqui seu comentário sobre nossa pesquisa.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários